

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

MERCADO DE TRABAJO E FAMÍLIA: DINÂMICAS DE GÊNERO NAS MULHERES BRASILEIRAS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO .

Moema de Castro Guedes.

Cita:

Moema de Castro Guedes (2009). *MERCADO DE TRABALHO E FAMÍLIA: DINÂMICAS DE GÊNERO NAS MULHERES BRASILEIRAS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/872>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/tuD>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

MERCADO DE TRABALHO E FAMÍLIA: DINÂMICAS DE GÊNERO NAS MULHERES BRASILEIRAS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Moema de Castro Guedes
Doutora em Demografia – IFCH/UNICAMP
moguedes@yahoo.com.br

ESCOLARIZAÇÃO FEMININA: AMPLIANDO O UNIVERSO DE ESCOLHAS

A literatura que aborda o processo de queda da fecundidade no Brasil e no mundo é bastante vasta. A entrada das mulheres no mercado de trabalho é freqüentemente destacada como dimensão fundamental deste “novo contexto”, no qual identidades femininas menos articuladas ao mundo doméstico emergem e a reestruturação do modelo tradicional de família aparece como marca das mudanças em curso. O papel da educação formal como vetor de ampliação do universo de escolhas das mulheres também é fundamental para a compreensão desta dinâmica, uma vez que instaura novos desejos e constrangimentos seja no campo familiar, seja no mundo do trabalho. Apesar do desafio que ainda representa a análise da relação entre estes processos sociais, o papel central da escolarização como elemento explicativo ou vetor de mudanças importantes no campo das relações simbólicas e de poder entre homens e mulheres é, em certa medida, uma questão consensual.

Diversos trabalhos (Cavenaghi e Goldani, 1993; Sorj, 2003; Araújo e Scalon, 2005) demonstram a importância fundamental do recorte educacional nos diferenciais de participação no mercado de trabalho, taxas de fecundidade e nupcialidade entre mulheres de distintos estratos educacionais. As tendências de maior participação laboral, adiamento do casamento e nascimento do primeiro filho e as menores taxas de fecundidade encontradas na população mais escolarizada destacam o vasto efeito desta dimensão sobre outras esferas da vida social e ressaltam sua importância dentro do campo dos estudos de gênero.

Nesse sentido, o grupo social que temos como foco – as mulheres de nível universitário – personifica muitos dos avanços recentemente alcançados no sentido de relações de gênero mais igualitárias mas, também, expressa os conflitos e as contradições intrínsecas a qualquer processo de mudança social. Dentro desta linha procuraremos discutir as tensões existentes entre o crescente espaço das mulheres no mercado de trabalho e as tradicionais concepções do feminino que ainda permeiam as práticas sociais no âmbito familiar e doméstico, que remetem à clássica divisão sexual do trabalho¹.

O avanço dos processos de escolarização e inserção feminina no mercado de trabalho na maior parte do mundo tem sido concomitante ao declínio das taxas de fecundidade, chegando, em alguns países, a patamares abaixo dos quais a população não consegue mais se reproduzir, ou seja, 2,1 filhos por mulher. Therborn (2004) faz uma ampla discussão dessas tendências em diversas regiões do mundo ao longo do último século. Ao tratar do que chama de segunda onda mundial de queda da fecundidade (1965-2000) no contexto europeu, o autor traz elementos do debate de gênero e do processo de erosão das estruturas patriarcais sob o impacto do movimento feminista,

¹ Conceito que evidencia as distintas esferas de trabalho tradicionalmente de homens e mulheres: aqueles ficariam incumbidos da unidade produtiva (mais visibilizada e valorizada socialmente) e por isso receberiam um salário e estas seriam responsáveis pela unidade doméstica (tarefas relativas à reprodução da força de trabalho) e não receberiam qualquer remuneração.

para explicar o processo que resulta em taxas abaixo do nível de reposição na maioria dos países europeus.

Em que pesem as diversas realidades em jogo, as dimensões ressaltadas pelo autor também se verificam no grupo mais escolarizado da população feminina brasileira no recente período de nossa história. Os principais elementos comuns seriam: o senso de domínio das mulheres sobre suas próprias vidas - tanto sexuais quanto reprodutivas, agora não necessariamente associadas graças ao advento da pílula anticoncepcional e da entrada de outros anticoncepcionais mais eficazes no mercado - e a crescente autonomia advinda da maior escolaridade e do investimento na vida profissional.

Esse debate se amplia e vem ganhando relevância em contextos como o brasileiro, onde a Taxa de Fecundidade Total observada a partir de dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) 2006 é 1,8 filhos por mulher, o que representa menos que a reposição populacional no longo prazo. Apesar da proximidade com o equilíbrio (a reposição exata seriam 2,1 filhos por mulher) o fato de tratar-se de uma medida que sintetiza experiências reprodutivas bastante diversas chama atenção para a realidade de alguns segmentos sociais nos quais estas taxas se encontram bastante abaixo da reposição. Berquó e Cavenaghi (2004) mostram que no Censo 2000 o grupo de mulheres com 12 anos ou mais de estudo (escolaridade que representa a entrada na universidade) apresentava uma Taxa de Fecundidade Total de 1,1 filhos por mulher, o que sugere que no segmento que temos como foco e, particularmente entre as coortes mais jovens, a magnitude do fenômeno possa ser ainda maior.

ARTICULAÇÕES ENTRE A BAIXA FECUNDIDADE E OS AVANÇOS FEMININOS NO MERCADO DE TRABALHO

O estrato educacional mais escolarizado representa uma parcela de trabalhadores para os quais a concorrência e a progressão ao longo da vida profissional são marcas da participação laboral. Esta dimensão consolida este grupo como um lócus privilegiado de análise das tensões e negociações que envolvem a maternidade. Dentro desta perspectiva, a fecundidade bastante abaixo do nível de reposição poderia ser analisada como um indicador fundamental das tensões existentes entre os projetos individuais e familiares e o investimento na carreira².

Como aponta Lagevin (1986), o início da vida adulta das mulheres concentra as pressões sociais para pôr uma criança no mundo e simultaneamente investir em uma carreira. Contudo, os constrangimentos que cercam ambos os campos da vida social e seus arranjos são bastante distintos dependendo do grupo social ao qual pertence a mulher. Diante disso, é fundamental destacar as singularidades do comportamento reprodutivo deste contingente em franca expansão e explicar suas dinâmicas, quanto analisar a evolução das desigualdades no mercado de trabalho entre as mulheres e os homens deste que é o estrato educacional a apresentar os maiores diferenciais salariais por sexo e que diminuem mais lentamente ao longo dos anos (Guedes, 2004).

Segundo McDonald (1996) as pessoas têm filhos em função de suas expectativas sobre como esta transição para a maternidade ou paternidade afetará suas vidas, através de um balanceamento das alternativas entre seu contexto pessoal e cultural. O nascimento de filhos é marcado, desse modo, por duas dimensões que coexistem e estão em permanente conflito e/ou negociação na vida das mulheres: os tempos biológicos e sociais. Como já foi apontado anteriormente, a constatação de que os avanços das

² Evidentemente não tomamos como “natural” o desejo pelo filho mas apenas chamamos atenção, como será explorado adiante, para a maior distancia entre desejo/concretização da maternidade neste grupo em relação a outros estratos educacionais de mulheres.

mulheres no campo profissional não vêm sendo acompanhados por um processo de “desnaturalização” dos tradicionais papéis femininos vinculados ao nascimento de filhos e pela desconcentração do trabalho reprodutivo na figura da mãe, parece fazer com que esta experiência seja postergada até um limite máximo possível ou mesmo deixe de figurar nos planos de algumas mulheres do segmento mais escolarizado da população brasileira.

Historicamente a Demografia esteve muito preocupada em analisar os chamados determinantes próximos da fecundidade (Bongaarts, 1978): idade em que a mulher se torna sexualmente ativa; a prevalência, duração e intensidade da amamentação; o uso de contracepção; e a utilização do aborto. No entanto, em segmentos sociais como o que temos como foco - nos quais a utilização de métodos contraceptivos eficazes é amplamente difundida e a mulher de fato pode optar pelo momento em que deseja (ou não) ter um filho - cabe-nos indagar as construções sociais que vêm fazendo com que a gravidez esteja sendo adiada ou mesmo excluída do campo de possibilidades da vida feminina.

Nesse sentido, chamaríamos atenção para as singularidades do contingente em questão no que tange à construção social dos desejos e constrangimentos envolvidos nesta decisão. Heiland et al (2005) avançam nesse sentido ao discutirem a contradição existente nas camadas mais escolarizadas entre o desejo (entendido enquanto ideal, não como intenção) e a real fecundidade que as mulheres pertencentes a estes grupos apresentam. Utilizando-se de duas pesquisas amostrais, uma realizada na Alemanha (DIJ Familiensurvey 1988, 1994/95) e outra cobrindo todo o continente europeu (EUROSTAT 2001), os autores mostram que, não apenas naquele país, mas em todo o continente europeu, homens e mulheres mais escolarizados querem mais filhos do que de fato têm, constituindo este o estrato em que se observa a maior defasagem entre desejo e concretização.

Nesse sentido, a pesquisa relativiza a idéia de que a educação e as oportunidades no mercado de trabalho (mais diretamente correlacionadas naquele contexto que no brasileiro) respondam por valores menos orientados para a família e mais centrados nas conquistas individuais. Por outro lado, a distância entre discurso e prática aponta para constrangimentos e contradições que permeiam as opções femininas nestes grupos sociais, bastante distintos dos presentes nas escolhas das mulheres pertencentes às camadas menos escolarizadas da população.

AMPLIANDO A QUESTÃO DO DESEJO (OU NÃO) POR FILHOS PARA ALÉM DA ESFERA ECONÔMICA

O diálogo exclusivo com estudos quantitativos perde de vista a vasta produção de teorias no corpo mais amplo das ciências sociais, que abrem uma perspectiva fundamental ao problematizar e ampliar o escopo da temática reprodução através da desnaturalização e contextualização histórica e cultural do desejo por filhos e da forma como as sociedades se reproduzem.

Um primeiro “lembrete” fundamental da teoria sociológica é que as próprias categorias censitárias não existem enquanto realidade em si, mas refletem as relações sociais e de poder que classificam e excluem determinados grupos e/ou organizações da conceituação vigente. O exemplo mais concreto deste tipo de questão é a variável *família*, cuja dimensão central a ser captada pode variar de um país para outro³. Essa

³ Enquanto alguns consideram a unidade de consumo como o elemento fundante de uma família outros captam a unidade reprodutiva ou a relação conjugal (neste caso há divergência entre os que consideram o casamento homossexual e aqueles que não o fazem).

diversidade revela distintas construções simbólicas e reflete lutas e processos políticos que se inserem de modo diferenciado em cada sociedade.

Como sustenta Bourdieu (1996), ao nomear e classificar as famílias, os institutos de estatística estatais produziram, sobretudo, representações. Nesse sentido, o autor sugere que as categorias familiares, compreendidas enquanto instrumento fundamental de construção da realidade social, fossem pensadas “como instituições existentes tanto na objetividade do mundo, sob a forma desses corpos sociais elementares que chamamos de famílias, quanto nos espíritos, sob a forma de princípios de classificação” (Bourdieu, 1996, 133). No que tange às próprias relações de poder que se refletem no tipo de classificação com as quais os institutos de pesquisa trabalham, é fundamental na reflexão proposta por Bourdieu a idéia de que sob a aparência de descrição, de fato, a realidade social estaria sendo construída.

Neste âmbito, é fundamental recolocar o tipo de problemática que temos como foco uma vez que as taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição, tanto na população como um todo, quanto em segmentos específicos, não seriam um problema em si, apenas tornam-se uma questão ao refletirem fenômenos sociais mais amplos e manifestarem assimetrias de gênero em diversos campos da vida social. Desse modo, buscamos ressaltar a diversidade dos novos arranjos acionados entre mundo do trabalho e vida familiar, na população feminina como um todo através de um olhar que destaque a heterogeneidade do próprio grupo de mulheres com nível universitário, partindo de uma lógica que não se restringe à dimensão econômica da reprodução.

A centralidade da reprodução nos enfoques que buscam na população causas de problemas estruturais como pobreza e violência é outra dimensão que torna problemática esta interface direta. O viés de se olhar a população como uma variável a ser controlada (seja para um aumento ou diminuição das taxas de fecundidade) representa um histórico empecilho a pensar as componentes da dinâmica demográfica, antes de mais nada, como causa e efeito diretos de relações e dinâmicas sociais mais amplas.

Foucault (1988) analisa este tipo de “prática científica” como uma das grandes inovações nas técnicas de poder no século XVIII e aponta que foi neste período que a população surge como problema econômico e político. Segundo o autor, no cerce da questão estaria o sexo e - pela primeira vez postulado dessa maneira - o modo como cada indivíduo o usa. Surgiria, a partir daí, a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico.

O ponto central da argumentação do autor seria o de que a conduta sexual da população seria tomada nos estudos demográficos, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção. Nesse sentido, como o próprio Foucault assevera, “aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais – exortações morais e religiosas, medidas fiscais – tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada” (Foucault, 1988, 33).

A contundente crítica construída pelo autor, no entanto, não explora o fato de que o modo como se estruturou historicamente a Demografia – bastante articulada às políticas públicas e desempenhando um claro papel ideológico – não significa um “caminho inexorável” sobre o qual não haveria possibilidade de mudança. As bases técnicas sobre as quais se estruturaram os diversos tipos de discurso controlista, também poderiam embasar análises menos voltadas para uma dimensão normativa e mais centradas nos processos de mudança e diversidade da realidade social.

A interface deste tipo de questionamento com os estudos de gênero é bastante direta uma vez que as pressões e constrangimentos sofridos por homens e mulheres neste campo são bastante diferenciados e, do mesmo modo, o são os significados e

“escolhas” envolvidas na decisão de ter um filho. A família, neste caso, aparece como elemento que *generifica* os sujeitos, estruturando diferenças e desigualdades entre os campos simbólicos feminino e masculino.

A discussão em torno das assimetrias de poder dentro do par conjugal necessariamente envolve arranjos e dimensões diferenciadas em cada segmento populacional mas, em todos os casos, apresenta uma interface direta com as decisões em torno do nascimento (ou não) de filhos. No caso de camadas médias urbanas, Heilborn (2004) destaca como questão que permeia o debate em torno da conjugalidade na contemporaneidade, a idéia de que a relação que funda o casal moderno seria de dois iguais, socialmente falando, característica que matizaria a essencialidade e exclusividade do amor que institui o par. Segundo a própria autora, o nascimento de filhos redefiniria a realidade do casal, conferindo-lhe uma espessura qualitativamente distinta do par sem filhos. Se por um lado, esse acontecimento altera a estrutura da relação, imprimindo-lhe uma expectativa legítima de duração, por outro o “ideal de igualdade” passa a ser fortemente posto à prova no cotidiano de tarefas em torno dos cuidados com o bebê, momento no qual as tradicionais identidades de gênero podem emergir e trazer conflitos ao par conjugal.

Salém (2007) encontra elementos parecidos em pesquisa sobre o fenômeno por ela chamado de “casal grávido”, nome sugestivo de uma visão de mundo e disposição prática de tornar comum ao homem e à mulher a experiência de preparar a chegada de uma criança. O tema revela as transformações profundas pelas quais passou a concepção de casal nas camadas médias, em particular com a expectativa de reduzir diferenças de gênero e aproximar o homem do universo feminino. No entanto, a autora aponta para o pós-parto como um momento de crise, revelador de uma defasagem entre os ideais postulados e o que é implementado na prática após o nascimento do bebê.

Como a própria autora destaca, mais do que dramatizar questões sobre maternidade e paternidade, o “casal grávido” poria em cena fundamentalmente um ideal de conjugalidade designado por ela como *casal igualitário*. Esta perspectiva é bastante interessante, pois aponta o centro da problemática pós-parto para as relações de gênero e a forma como relacionalmente cada indivíduo dentro da díade negocia a distância entre o ideal de igualdade e a divisão de tarefas de cuidado com o bebê na prática. Nesse sentido, o momento do nascimento da criança (gerador da crise) poderia ser interpretado como o momento no qual se re-institucionalizaria no casal os papéis de gênero.

Esse quadro, comum aos modos de estruturação familiar da população que temos como foco, se combina com outra questão bastante particular e recente dentro deste tipo de segmento: a relação das mulheres com seu trabalho consolidada a partir de um valor de autonomia e sucesso, e não mais ligada à idéia de ajuda ou complementaridade à renda masculina. Lipovetsky (2000) destaca essa questão ao colocar que o trabalho feminino apareceria hoje como parte de uma exigência individual e identitária das mulheres.

A combinação destas especificidades reflete a impossibilidade de se falar de representações femininas uniformemente estruturadas em torno da maternidade e a importância do olhar segmentado sobre o contingente de mulheres em qualquer sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos um enfoque que não separa a análise demográfica e social dos fenômenos em questão. Nesse sentido, refutamos as concepções que constroem a população como problema ou questão em si, deslocadas dos processos históricos e sociais que as conferem sentido como objeto central de investigação na teoria social.

Evidentemente este esforço implica também em uma articulação entre o tipo de reflexão tradicionalmente empreendida em cada corpo disciplinar.

A contribuição particularmente da Sociologia e Antropologia através dos estudos de gênero e suas diversas interfaces representa um desafio a ser incorporado pela Demografia. Isso porque a pretensa “neutralidade científica” que marca este corpo disciplinar ainda reflete a escassa reflexão acerca dos próprios processos de poder que marcam a história do pensamento de qualquer ciência e que necessariamente precisam ser pensados e problematizados para que a epistemologia no interior do campo demográfico exista de fato.

Essa postura, historicamente mais exercitada em outras disciplinas que na Demografia, retira os estudos de gênero dos guetos que o marcam como sinônimos diretos dos estudos de mulher - ou no nosso caso, de trabalhos que utilizam a variável sexo como chave de análise - para conferir-lhe um vigor analítico e teórico que questiona os conceitos, as categorias e os próprios vieses que marcaram nossa tradição disciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. **Gênero, Família e trabalho no Brasil**. ARAÚJO, C. e SCALON, C. (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BERQUÓ, Elza e CAVENAGHI, Susana. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos níveis de fecundidade no Brasil e sua variação na última década, **Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)** - Caxambu, 2004.

BONGAARTS, John. “A framework for analyzing the proximate determinants of fertility”. **Population and Development Review** 4, 1978.

BOURDIEU, Pierre. “Apêndice: O espírito da família”. In **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

CAVENAGHI, Suzana M. e GOLDANI, Ana G. Fecundidade e família: os tamanhos das famílias das mulheres e das crianças no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, no. 10, 1993.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GUEDES, Moema de Castro. **As mulheres de formação universitária: a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mundo do trabalho**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, ENCE/ IBGE, 2004.

HEILAND, Frank. PRSKAWETZ, Alexia. SANDERSON, Warren C. Do the more-educated prefer smaller families? **XXV IUSSP International Population Conference**, França, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

LANGÉVIN, Annette. Le calendrier des naissances: quels enjeux? quelles stratégies? In: DE VILAINÉ, Anne-Marie; GAVARINI, L.; LE COADIC, M. (orgs.). **Les femmes, la reproduction et les hommes de science**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1986.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher:** permanência e revolução do feminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MCDONALD, Peter. Demographic life transitions: an alternative theoretical paradigm. **Helth Transition Review**, Supplement 6, 1996.

SALÉM, Tania. **O casal grávido:** disposições e dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

THERBORN, Goran. *Between Sex and Power:* Family in the world, 1900-2000. Londres, Routledge, 2004.